



ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA ETAPA NACIONAL DOS JOGOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS

ANALYSIS OF THE PARTICIPATION OF MEN AND WOMEN IN THE NATIONAL STAGE OF THE FEDERAL INSTITUTIONS GAMES

ANÁLISIS DE LA PARTICIPACIÓN DE HOMBRES Y MUJERES EN LA ETAPA NACIONAL DE LOS JUEGOS DE LAS INSTITUCIONES FEDERALES

Vanessa Mota Andrade


<https://orcid.org/0000-0002-2729-3072> 


<http://lattes.cnpq.br/7197029228623383> 

Universidade Estadual de Maringá (Maringá, PR – Brasil)

vanessa.andrade.uem@gmail.com

Andréa dos Santos Azevedo


<https://orcid.org/0000-0001-5779-2190> 


<http://lattes.cnpq.br/5112597998119894> 

Universidade Estadual de Maringá (Maringá, PR – Brasil)

andreaezevedo35@yahoo.com.br

Guilherme Chicarelle Lima


<https://orcid.org/0009-0009-6858-320X> 


<http://lattes.cnpq.br/8042787792768487> 

Universidade Estadual de Maringá (Maringá, PR – Brasil)

mergulheiz@gmail.com

Giovanna Xavier Moura


<https://orcid.org/0000-0001-5493-7059> 


<http://lattes.cnpq.br/2872174342872694> 

Universidade Estadual de Maringá (Maringá, PR – Brasil)

giovannax.moura@hotmail.com

Andressa Peloi Bernabé


<https://orcid.org/0000-0002-1636-5747> 


<http://lattes.cnpq.br/7444169276810788> 

Universidade Estadual de Maringá (Maringá, PR – Brasil)

bernabe.andressa@gmail.com

Fernando Augusto Starepravo

<https://orcid.org/0000-0002-1655-998X> 

<http://lattes.cnpq.br/5763073227935698> 

Universidade Estadual de Maringá (Maringá, PR – Brasil)

fernando.starepravo@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar a participação de homens e mulheres nas etapas nacionais dos Jogos das Instituições Federais (JIFs) nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023, considerando as especificidades organizacionais dessas edições e a distribuição por tipo de modalidade (coletivas e individuais). Trata-se de uma pesquisa de



abordagem mista e caráter exploratório, com análise de dados obtidos por meio de boletins, regulamentos e relatórios oficiais dos JIFs. Os resultados indicam uma predominância significativa da participação masculina nas 4 edições e entre os tipos de modalidades coletivas e individuais, com diferenças mais acentuadas nas modalidades coletivas. Atribui-se como responsáveis por esta diferença principalmente as modalidades basquete e futebol (exclusivas para o sexo masculino). Os dados reforçam a necessidade de revisão dos regulamentos dos JIFs, ampliação de modalidades mistas e adoção de políticas afirmativas que incentivem a participação feminina no esporte escolar.

Palavras-chave: Equidade de Gênero; Esporte Escolar; Institutos Federais; Jogos Estudantis; Políticas Públicas.

Abstract

The present study aims to analyze the participation of men and women in the national stages of the Federal Institutions Games (JIFs) in the years 2018, 2019, 2022 and 2023, considering the organizational specificities of these editions and the distribution by type of modality (team and individual events). This is a mixed-methods, exploratory research, based on the analysis of data obtained from official JIF bulletins, regulations, and reports. The results indicate a significant predominance of male participation across the four editions and in both types of modalities, with more pronounced differences in team sports. This disparity is mainly attributed to basketball and soccer, which are exclusive to male participants. The data reinforce the need to revise JIF regulations, expand mixed-gender modalities, and adopt affirmative policies that encourage female participation in school sports.

Keywords: Gender Equity; School Sports; Federal Institutes; Student Games; Public Policies.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar la participación de hombres y mujeres en las etapas nacionales de los Juegos de las Instituciones Federales (JIFs) en los años 2018, 2019, 2022 y 2023, considerando las especificidades organizativas de esas ediciones y la distribución por tipo de modalidad (colectivas e individuales). Se trata de una investigación de enfoque mixto y carácter exploratorio, basada en el análisis de datos obtenidos a partir de boletines, reglamentos e informes oficiales de los JIFs. Los resultados indican una predominancia significativa de la participación masculina en las cuatro ediciones y en ambos tipos de modalidades, con diferencias más acentuadas en las modalidades colectivas. Esta diferencia se atribuye principalmente a las modalidades de baloncesto y fútbol, exclusivas para el sexo masculino. Los datos refuerzan la necesidad de revisar los reglamentos de los JIFs, ampliar las modalidades mixtas y adoptar políticas afirmativas que incentiven la participación femenina en el deporte escolar.

Palabras-clave: Equidad de Género; Deporte Escolar; Institutos Federales; Juegos Estudiantiles; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A participação de mulheres no esporte tem recebido atenção crescente na literatura científica, que vem abordando múltiplos aspectos dessa temática. Dentre os temas recorrentes, destacam-se a representatividade das mulheres nas modalidades esportivas (Rubio; Camilo, 2019; Guarnier, 2021; Teles Neta, 2023), sua inserção em cargos de liderança em federações, clubes e competições (Ferreira *et al.*, 2013; Oliveira *et al.*, 2019; Cunningham, 2021; Jaime *et al.*, 2021; Krahenbühl; Alencar, 2023), os desafios enfrentados por mulheres na mídia esportiva (Pacheco; Silva, 2020), as barreiras impostas ao longo da carreira como atleta (Martinez-Pascual *et al.*, 2014; Moura, 2018; Vogel *et al.*, 2024), bem como as políticas públicas direcionadas à promoção da equidade de gênero no esporte brasileiro (Moura, 2022; Martins; Reis, 2024).

A desigualdade de gênero no esporte caracteriza-se como um fenômeno histórico, multifacetado e persistente. Ainda que a presença de mulheres nas práticas esportivas tenha





aumentado nas últimas décadas, as barreiras estruturais e sociais que limitam sua participação, visibilidade e reconhecimento continuam a operar de maneira contínua (Kane; LaVoi; Fink, 2013; Pereira, 2019). No contexto brasileiro, essas desigualdades são observadas desde a formação escolar até os espaços de competição e gestão esportiva (Alanis; Cunningham; Desimone, 2022).

Historicamente, a presença de mulheres no esporte esteve atrelada aos papéis socialmente atribuídos, como os cuidados domésticos e à maternidade. Desde a antiguidade, discursos ideológicos associavam essas funções ao papel feminino, à delicadeza, à beleza, à subordinação no casamento e à reprodução (Joncheray; Tlili, 2013; Rubio; Camilo, 2019). No Brasil, tais concepções chegaram influenciar legislações repressoras, como o Decreto-Lei nº 3.199/1941, cujo artigo 54 apresenta: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (Brasil, 1941). O Conselho Nacional de Desportos (CND) em 1965, chegou a listar como modalidades proibidas às mulheres: futebol, futsal, rúgbi, halterofilismo, lutas, entre outras (Westin, 2023).

No início dos Jogos Olímpicos, Barão de Coubertin (1938), idealizador da era moderna dos jogos, posicionou-se contra a participação das mulheres, argumentando que isso “vulgarizaria” o evento e não contribuiria para a saúde ou o encanto feminino. Lentamente as mulheres ganharam espaço na competição, passando de 10% na edição de Amsterdã (1928), para 40% em Atenas (2004) e aproximando-se da paridade apenas em Paris (2024), com 49,14% de mulheres entre os(as) atletas. Também nesta edição, pela primeira vez a delegação brasileira apresentou uma maioria de mulheres (153 entre os 276 classificados) e o maior número de medalhas conquistadas (12 das 20 medalhas) (COB, 2024).

Esses avanços, embora significativos, demandam reflexões sobre os fatores que influenciam o acesso desigual ao esporte. Considerando que o ambiente escolar é um espaço essencial para a promoção da prática esportiva, historicamente, é possível observar que no Brasil as meninas eram segregadas das aulas de Educação Física, como observado na Lei nº 4.024/1961, onde determinava que a Educação Física deveria ser realizada de forma “utilitária e estética para alunas do sexo feminino e utilitária para alunos do sexo masculino” (Silva; Venâncio, 2005).

Em 1969, como consequência de um novo plano político-educacional apresentado no Decreto-Lei nº 705/1969, que instituiu no Art. 22: “Será obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino





superior”, e da implementação da Política Nacional de Educação Física e Desportos em 1975, o objetivo político da época foi elevar o nível dos desportos em todas as áreas, intensificar o desporto de massa, elevar o nível técnico-desportivo de atletas e difundir o desporto como lazer (Brasil, 1969, 1975). A partir destas políticas os jogos escolares passaram a ser incentivados, com a criação dos Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs), cuja primeira edição foi realizada em 1969 na cidade de Niterói – RJ, porém, esta ação levou a reforçar as desigualdades em relação a prática de esportes entre meninos e meninas (Brasil, 2021).

Estudos que buscaram avaliar a participação feminina em jogos escolares de diferentes partes do Brasil mostram que a participação masculina é maior em todas as competições avaliadas, como é o caso do estudo de Almeida e Fonseca (2013), sobre os Jogos Escolares de Vacaria-RS, Costa e colaboradores (2017), que analisaram as competições dos Jogos Escolares do Paraná em Curitiba, e Silva (2023), o qual investigou os Jogos Escolares de Mato Grosso do Sul.

Ao destacar a importância da utilização de ambientes escolares como habitats que desempenham função relevante nas ações afirmativas de inclusão das mulheres nos espaços esportivos, tradicionalmente dominados por homens, Pimentel e Azevedo (2024) consideram que o ambiente escolar apresentando-se como reflexo social, ainda enfrenta barreiras significativas, incluindo estereótipos de gênero, falta de incentivo da família e tripla jornada (trabalho, treino e estudos), sendo fatores determinantes de participação ou não-participação de mulheres no esporte. A promoção da equidade de gênero é fundamental para garantir que meninas tenham as mesmas oportunidades que meninos nos esportes escolares. O autor e a autora ainda ressaltam que não basta identificar a desigualdade, é necessário enfrentar o problema, promovendo grupos “de” ou “para” mulheres e incentivando o empoderamento feminino, uma vez que os homens tendem a marginalizar o acesso das mulheres aos ambientes esportivos.

Ao considerar os demais espaços de prática esportiva, estudos recentes, como os de Alanis, Cunningham e Desimone (2022) e Danielsen *et al.* (2023), indicam que, mesmo em contextos institucionalizados e com políticas inclusivas, meninas e mulheres continuam enfrentando barreiras que desestimulam sua permanência no esporte competitivo. A cultura esportiva, marcada pela valorização da performance associada ao masculino, ainda influencia o modo como o esporte é vivenciado nas escolas e instituições educacionais. A escassez de mulheres em cargos técnicos, administrativos, arbitragem e coordenação, também limita a





identificação e o engajamento das estudantes com o esporte (Pereira, 2019; Guarnier, 2021; Jaime, *et al.* 2021; Krahnbül; Alencar, 2023).

Outro fator determinante para a participação ou não-participação é o nível de incentivo do ambiente familiar. A relação entre pais e filhas se fortalece a partir dos exemplos positivos demonstrados pelos(as) adultos(as), mas, com o ingresso das meninas na adolescência, observa-se uma tendência à diminuição desse incentivo, substituído por estímulos ao cumprimento de papéis tradicionalmente “femininos” (Pimentel; Azevedo, 2024). Outros fatores cruciais observados pelo autor e autora dizem respeito ao papel social imposto às mulheres pela sociedade e pela igreja, em que a exclusão das práticas esportivas femininas está associada a uma ideologia de gênero que reserva às mulheres o espaço doméstico (privado) e aos homens o trabalho e o sustento (público).

Ainda neste sentido, estudos que buscaram avaliar a motivação para a prática esportiva de meninos e meninas identificaram que a motivação de meninos é mais orientada pela competitividade e desempenho esportivo, enquanto as meninas tendem a valorizar aspectos relacionados à saúde, estética ou bem-estar (Soares *et al.*, 2011).

Embora se observe um avanço nas produções acadêmicas voltadas a essas questões, ainda são escassos os estudos que analisam a representatividade feminina em competições promovidas pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Considerando que tais instituições desempenham papel importante na formação de adolescentes e jovens em nível escolar médio-técnico, sua atuação no campo esportivo pode representar um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações afirmativas voltadas à inclusão das mulheres. Como apontado por Gomes *et al.* (2022), os ambientes escolares e universitários ainda carecem de políticas efetivas que garantam igualdade de oportunidades esportivas, sendo comum observar baixa presença de mulheres nas seleções escolares e nas representações institucionais.

No que se refere à presença do esporte nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs), observa-se um histórico marcado por iniciativas diversas ao longo das décadas, com destaque para experiências locais e ações pontuais. Martins (2020), ao investigar a trajetória do esporte na antiga Escola Técnica Federal da Bahia (atual IFBA), destaca que o esporte exercia papel relevante na valorização institucional e na construção da identidade estudantil, ganhando espaço crescente nas escolas técnicas. Com o



passar dos anos, as atividades esportivas tornaram-se mais organizadas e passaram a integrar políticas educacionais voltadas à formação integral dos discentes.

A partir de 2008, com a criação dos Institutos Federais por meio da Lei nº 11.892/2008, houve uma reestruturação da Rede Federal de Educação, o que impulsionou também a organização de eventos esportivos em nível nacional, culminando na criação dos Jogos das Instituições Federais (JIFs). A primeira edição dos JIFs ocorreu no Instituto Federal do Ceará (IFCE), em Fortaleza, no ano de 2008, com a participação de representantes das cinco regiões brasileiras. Naquela ocasião, foram disputadas apenas quatro modalidades coletivas: futsal, voleibol, basquetebol e handebol. Em 2012, foi instituída a Comissão Organizadora dos Jogos das Instituições Federais (COJIF), que promoveu uma reestruturação do modelo organizacional dos JIFs, implementando etapas seletivas institucionais e regionais como critérios obrigatórios para o acesso à etapa nacional. Essa nova sistemática foi aplicada a partir da edição de 2013, realizada em Foz do Iguaçu (PR). Desde então, como consequência da realização das seletivas, o formato nacional passou a contar com a participação de seis delegações: uma de cada região do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), além da delegação da instituição sede do evento (Maciel, 2013).

Ainda que esse modelo tenha se consolidado como padrão, algumas edições passaram por adaptações específicas. De acordo com os regulamentos dos JIFs, em 2019, por ocasião da comemoração aos 10 anos dos Institutos Federais e aos 110 anos da Rede Federal de Educação Profissional, foi realizada uma edição especial, sem a realização de etapas seletivas, com a possibilidade de participação das 42 instituições que compõem a Rede. Situação semelhante ocorreu em 2022, quando os efeitos da pandemia da COVID-19 e os cortes orçamentários no setor da educação exigiram a flexibilização do padrão seguido, permitindo a inscrição direta de todas as instituições interessadas em participar.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a participação de homens e mulheres nas etapas nacionais dos Jogos das Instituições Federais (JIFs), nas edições de 2018, 2019, 2022 e 2023, que permitirá abranger duas edições com a realização de etapas seletivas e duas sem seletivas, possibilitando verificar possíveis diferenças entre os modelos de organização.



METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo longitudinal, de natureza exploratória, uma vez que se propõe a investigar uma temática ainda pouco abordada na literatura científica: a representatividade das mulheres nas etapas nacionais dos Jogos das Instituições Federais (JIFs). Conforme Marconi e Lakatos (2017) e Gil (2019), pesquisas exploratórias buscam proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, contribuindo para torná-lo mais compreensível e delineando hipóteses para investigações futuras.

Adotou-se uma abordagem mista, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos com o objetivo de contextualizar e interpretar os dados referentes à participação de estudantes do sexo feminino e masculino nas quatro últimas edições nacionais dos JIFs, realizadas nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023.

Os dados quantitativos foram obtidos por meio da análise documental de regulamentos, boletins e relatórios oficiais dos JIFs. Para os anos de 2018 e 2019, as informações foram extraídas a partir dos boletins finais publicados no site das instituições sede. Já para os anos de 2022 e 2023, utilizaram-se os relatórios gerais de inscritos(as), produzidos a partir do novo sistema eletrônico de inscrições implementado pela Comissão Organizadora dos Jogos das Instituições Federais (COJIF), disponibilizados pelas comissões organizadoras das referidas edições.

Todos os dados coletados foram organizados em planilhas no programa Microsoft Excel 14.0 (Office 2010) o qual possibilitou avaliar a partir dos dados brutos do número de participantes, a porcentagem representativa em cada modalidade por sexo. A partir destes dados, o Teste *t* para amostras pareadas foi calculado através software BioEstat 5.3, com nível de significância adotado de $p \leq 0,05$, a fim de verificar diferenças estatísticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas quatro edições analisadas no presente trabalho, 11 modalidades esportivas foram disputadas, sendo cinco coletivas: futebol de campo, futsal, basquete, handebol e voleibol; e seis individuais: atletismo, judô, natação, tênis de mesa, xadrez e vôlei de praia. Com exceção da modalidade futebol de campo, todas foram disputadas nos sexos masculino e feminino, com possibilidade de participação do mesmo número de estudantes/atletas. Destacamos nesta análise a necessidade de exclusão da modalidade atletismo, devido à

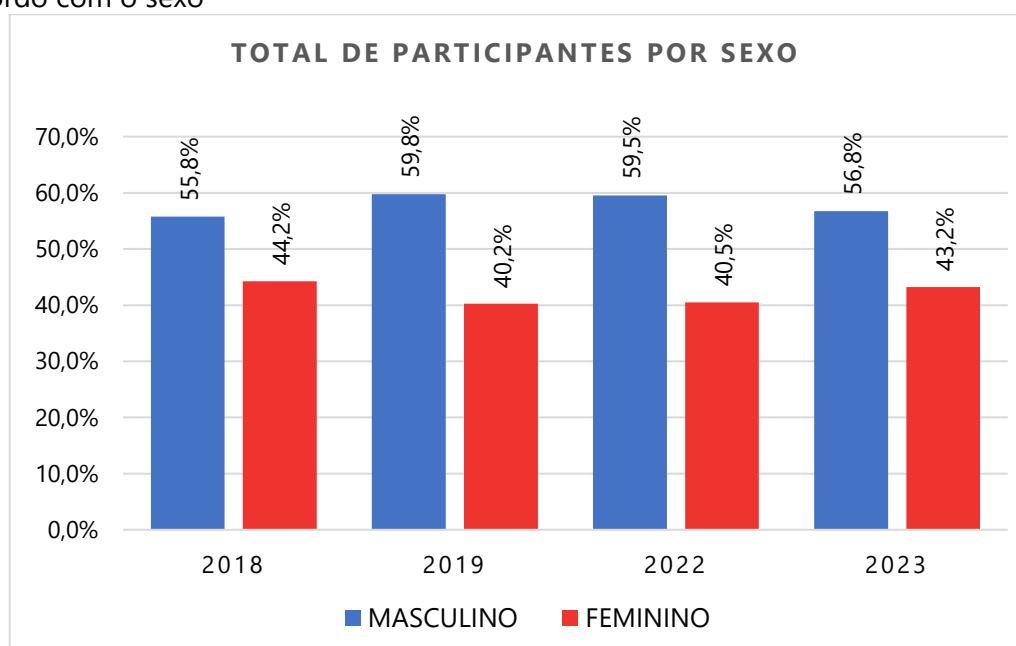




incompatibilidade de resultados observados nos boletins finais das edições de 2018 e 2019, o que impossibilitou identificar o quantitativo geral de participantes por sexo.

Sendo assim, ao analisar o número de participantes das etapas nacionais dos JIFs nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023, de acordo com o sexo, podemos observar, na Figura 1, que, independentemente do modelo de competição realizado, houve uma superioridade no número de participantes homens. Ao verificar as possíveis explicações para esses valores, destacamos inicialmente que a modalidade futebol de campo é disputada apenas pelo sexo masculino, o que representa a participação de pelo menos 96 estudantes a mais que o sexo feminino em cada edição. Considerar este número nas análises, nos permite ressaltar características comuns em competições esportivas.

Figura 1 – Percentual do número de participantes nas edições do JIF 2018, 2019, 2022 e 2023, de acordo com o sexo



Nota: valor de $p=0,04$ teste t pareado.

Fonte: construção dos autores.

Em dados gerais, na edição de 2018, quando houve os eventos seletivos, resultando na participação de seis delegações na competição, a participação masculina representou 55,8% dos(as) atletas, enquanto a feminina foi de 44,2%. Na edição de 2019, comemorativa, em que não foram realizadas as seletivas, o maior número de delegações participantes resultou no aumento dessa diferença, sendo 59,8% de participantes do sexo masculino e apenas 40,2% do sexo feminino. Esses números permaneceram bastante próximos



na edição de 2022, a qual também não foram realizadas as etapas seletivas, tendo o sexo masculino 59,5% dos participantes, enquanto o sexo feminino foi de 40,5%. No JIF de 2023, as etapas seletivas voltaram a ocorrer nas instituições e regiões do país, apresentando um padrão no número de participantes aproximado ao da edição de 2018. Assim, 56,8% dos participantes foram do sexo masculino e 43,2% do sexo feminino.

Interessados(as) em verificar possíveis diferenças estatísticas sobre a participação de homens e mulheres nessas edições dos JIFs nacionais, foi realizado um teste *t* para amostras pareadas, considerando os totais de participação, o que revelou diferença estatisticamente significativa, com $p = 0,0415$ ($p < 0,05$), confirmando que, de forma geral, os meninos participaram mais que as meninas nas etapas nacionais dos últimos JIFs.

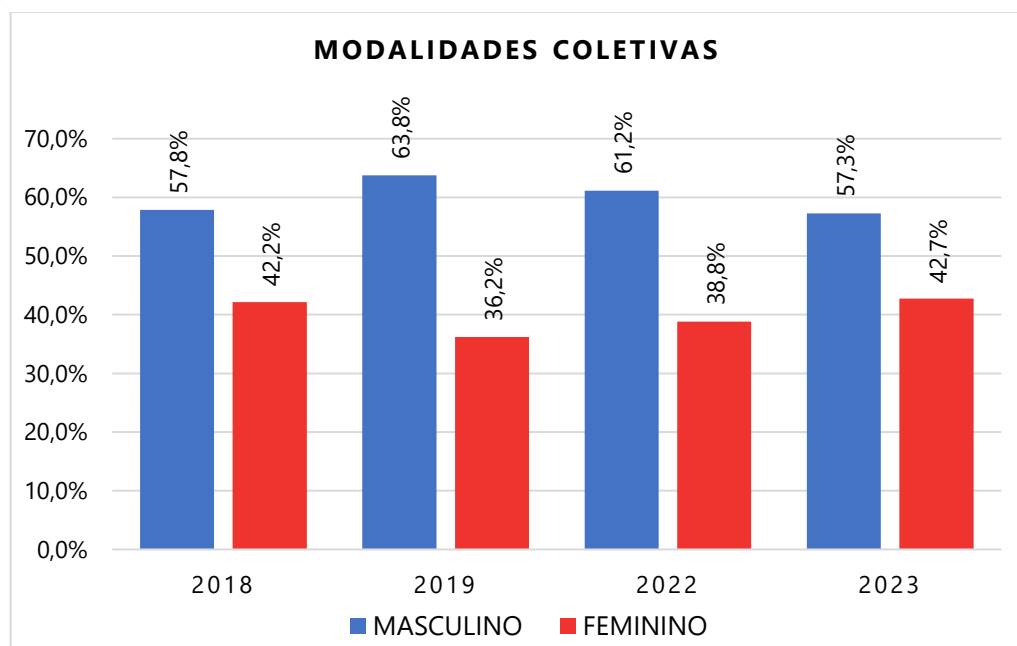
A fim de identificar quais modalidades esportivas são responsáveis por elevar o número de participantes de acordo com o sexo, as modalidades foram agrupadas de acordo com suas características, sendo: coletivas (basquete, futebol, futsal, handebol e vôlei) e individuais (judô, natação, tênis de mesa, xadrez e vôlei de praia). A partir desta análise, foi possível observar o percentual de estudantes inscritos(as) nas modalidades coletivas, como apresentado na Figura 2.

De acordo com o gráfico (Figura 2), uma superioridade da participação masculina nas modalidades coletivas foi observada nas quatro edições avaliadas, apresentando, em cada uma delas, os seguintes números: 57,8% de participantes masculinos e 42,2% femininos na edição de 2018; 63,8% masculinos e 36,2% femininos na edição de 2019; 61,2% masculinos e 38,8% femininos em 2022; e, finalmente, 57,3% masculinos e 42,7% femininos nos JIFs de 2023.

A partir do teste *t* pareado, diferença significativa ($p=0,0071$) foi observada entre o percentual de participação total do sexo masculino e feminino nas modalidades coletivas das quatro edições. Apesar do futebol de campo ser apresentado como modalidade exclusiva do sexo masculino e representar no mínimo 96 meninos a mais que as meninas, foi o basquete a modalidade que mais apresentou diferença no número de participantes entre os sexos.



Figura 2 – Percentual do número de participantes nas modalidades coletivas de acordo com o sexo



Nota: valor de $p=0,007$ teste t pareado.

Fonte: construção dos autores.

Ao considerar os dados brutos das edições de 2019 e 2022, as quais foram abertas a todos os IFs que tivessem interesse de participar, verifica-se que, em 2019, a participação masculina nas modalidades coletivas totalizou 817 atletas, enquanto a feminina alcançou 464. Destaca-se, nesse contexto, a modalidade basquete, que contou com a participação de 210 meninos, em contraste com apenas 50 meninas, superando, inclusive, o número registrado no futebol de campo, modalidade exclusivamente masculina, que contou com 96 jogadores. Embora a diferença percentual tenha sido menor na edição de 2022, vale ressaltar que, nessa edição, as modalidades coletivas foram disputadas por 1.028 meninos e apenas 653 meninas, sendo novamente o basquete a modalidade responsável pela maior disparidade entre os sexos, registrando a participação de 173 meninos e apenas 48 meninas.

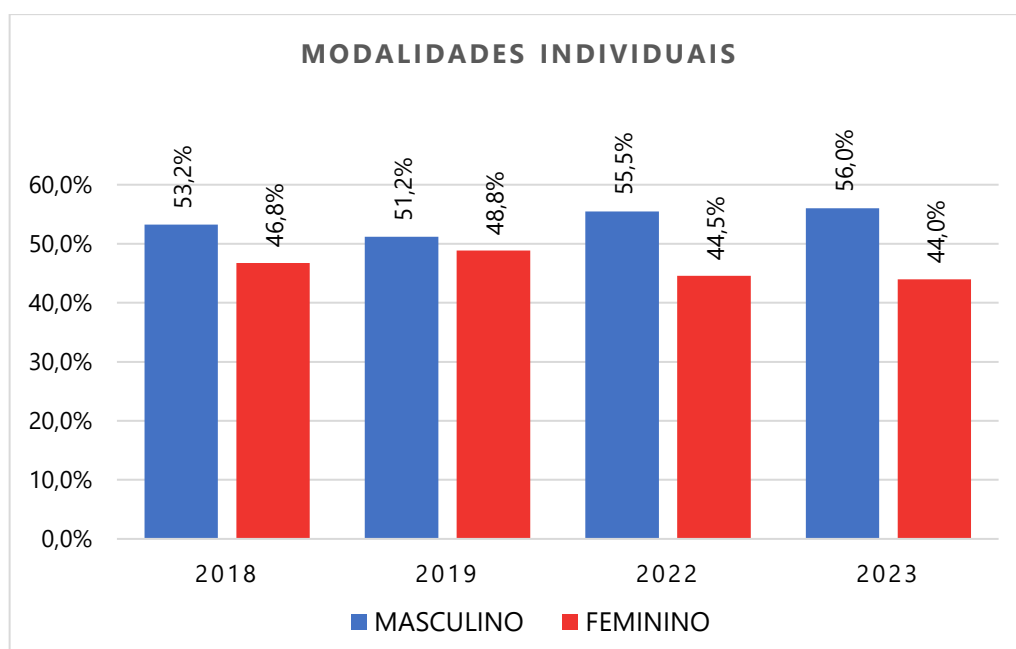
O mesmo modelo de análise foi realizado considerando o percentual de inscritos nas modalidades individuais de acordo com o sexo, como pode ser observado na Figura 3. De forma geral, o sexo masculino permaneceu sendo a maioria dos participantes em todas as edições, representando 53,2% em 2018, 51,2% em 2019, 55,5% em 2022 e 56% em 2023. A maior porcentagem da participação de mulheres foi observada nas modalidades individuais, sendo 46,8% em 2018, 48,8% em 2019, 44,5% em 2022 e 44% em 2023. Destacamos que, na edição de 2019 (sem seletivas), ao contrário do observado nas modalidades coletivas, houve



um aumento no número de participantes do sexo feminino nas modalidades individuais, especificamente o xadrez, o que resultou na menor diferença percentual entre os sexos (2,4%).

Para a análise de possível significância, por meio do teste *t* para amostras pareadas, identificou-se o valor de $p = 0,0378$ ($p < 0,05$). Isso indica que, nas modalidades individuais, também houve diferença significativa entre os percentuais de participação dos sexos nas quatro edições avaliadas.

Figura 3 – Percentual do número de participantes nas modalidades individuais de acordo com o sexo



Nota: valor de $p=0,03$ teste *t* pareado

Fonte: construção dos autores.

De forma geral, os resultados demonstram uma diferença significativa na participação de estudantes do sexo masculino e feminino nas etapas nacionais JIFs dos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023. A predominância de homens é evidente tanto nas modalidades coletivas quanto nas individuais, sendo mais acentuada nas coletivas. Esse padrão consistente de maior representatividade de homens em todas as edições avaliadas, independentemente da realização de seletivas, aponta para questões estruturais e culturais que precisam ser abordadas para promover maior equidade de gênero.

Um fator que pode ressaltar esta desigualdade é a oferta exclusiva de modalidades masculinas, como no caso, o futebol de campo. A inclusão dessa modalidade apenas para homens resulta automaticamente em um desequilíbrio, adicionando aproximadamente 96



participantes homens a mais em comparação com a mulheres. Como apontam Gomes *et al.* (2022), essa ausência de equivalência entre as oportunidades esportivas disponíveis reflete políticas institucionais que ainda operam sob uma lógica excludente. Estudos de Alanis, Cunningham e Desimone (2022) e Danielsen *et al.* (2023), destacam que essas desigualdades começam no ambiente escolar e se perpetuam na vida esportiva posterior, sendo agravadas pela falta de modelos femininos e de incentivo específico.

Esses dados corroboram pesquisas anteriores, como as de Almeida e Fonseca (2013), que identificaram maior participação de homens nos Jogos Escolares de Vacaria-RS, e de Costa *et al.* (2017), que analisaram as competições dos Jogos Escolares do Paraná em Curitiba, entre 2004 e 2013, observando um número expressivamente superior de equipes masculinas. De modo semelhante, o estudo de Silva (2023), ao investigar os Jogos Escolares de Mato Grosso do Sul (2015–2019), evidenciou maior representatividade de atletas do sexo masculino nas modalidades de basquete, handebol e futsal, com exceção do vôlei.

Tais evidências reiteram que as desigualdades de gênero no contexto esportivo escolar não se restringem a casos isolados, mas refletem padrões estruturais e históricos enraizados na cultura esportiva brasileira e internacional. A menor participação de mulheres nas competições estudadas pode estar associada a fatores como estigmas sociais, desestímulo familiar, responsabilidades domésticas, barreiras institucionais, ausência de políticas de incentivo e representações sociais que ainda atribuem ao homem o protagonismo no espaço esportivo (Kane; LaVoi; Fink, 2013; Gomes *et al.*, 2022; Pimentel; Azevedo, 2024).

Embora as modalidades individuais também apresentem uma predominância de homens, a diferença é menos acentuada em comparação com as modalidades coletivas. Em 2019, sem a realização de seletivas, houve uma aproximação maior nos percentuais de participação entre os sexos, sugerindo que sem as seletivas as delegações se organizaram para uma maior participação de mulheres, o que pode refletir discussões apresentadas anteriormente como, a dificuldade de manter um grande número de meninas treinando modalidades coletivas devido aos estereótipos e barreiras sociais. Isso se relaciona com o que aponta Telles Neta (2023), ao indicar que a estrutura dos processos seletivos esportivos muitas vezes não considera as desigualdades de base que afastam as meninas da prática esportiva competitiva.

Outra possibilidade que pode ser levantada a respeito da maior participação de meninas em modalidades individuais nas edições em que não são realizadas as etapas



seletivas, é a possibilidade de algumas instituições participarem com um número reduzido de atletas, dando assim preferência às modalidades individuais, a fim de reduzir custos e estimular estudantes que apresentem habilidades esportivas. Em contrapartida, esse mesmo fator também pode ter contribuído para a maior participação masculina, considerando a possível preferência de professores(as) em inscrever equipes masculinas nas modalidades coletivas como estratégia para garantir oportunidades de participação na etapa nacional. Diante da impossibilidade de avaliar a influência dessa variável no presente estudo, sugerimos, como perspectiva para pesquisas futuras, a análise de como os cortes orçamentários impactam as políticas esportivas e a participação dos estudantes em competições escolares.

Diante deste contexto, torna-se imprescindível refletir sobre as estratégias institucionais adotadas pelas Instituições Federais de Ensino para fomentar a inclusão das alunas nas práticas esportivas, assim como em toda organização esportiva da instituição. A adoção de políticas afirmativas, a criação de modalidades mistas ou femininas equivalentes, a reformulação dos regulamentos e a ampliação de ações de incentivo e valorização do esporte feminino podem contribuir significativamente para a promoção da equidade de gênero nesse campo. Kane, LaVoi e Fink (2013) argumentam que apenas mudanças estruturais profundas serão capazes de transformar de forma significativa o cenário de exclusão de meninas e mulheres do esporte competitivo.

CONCLUSÃO

A análise dos dados das edições dos Jogos das Instituições Federais (JIFs), no período de 2018 a 2023, evidencia uma inferioridade da participação feminina, sobretudo nas modalidades coletivas, o que reforça a necessidade de ações afirmativas dentro das instituições de ensino. A eliminação das barreiras estruturais e culturais, aliada ao fomento de políticas inclusivas, é essencial para alcançar maior equidade de gênero no esporte escolar. Nesse sentido, estudos futuros deverão aprofundar a compreensão dos fatores socioculturais que interferem na participação de mulheres, bem como subsidiar a construção de práticas pedagógicas e políticas educacionais mais inclusivas e equitativas, conforme propõem Alanis, Cunningham e Desimone (2022), Gomes *et al.* (2022) e Danielsen *et al.* (2023).

Para compreender essas questões, torna-se necessário um estudo mais aprofundado sobre as políticas esportivas dos Institutos Federais, bem como a revisão de seus regulamentos, especialmente no que se refere à inclusão de modalidades exclusivas para





homens. O aumento do número de modalidades mistas e a criação de equivalentes femininas configuram passos essenciais nesse processo.

O monitoramento contínuo e a análise sistemática da participação de gênero nos JIFs contribuirão para a identificação de obstáculos persistentes e para o delineamento de estratégias eficazes voltadas à promoção da justiça social no contexto esportivo educacional. Ademais, campanhas de incentivo, apoio financeiro e logístico, bem como a valorização e difusão de modelos de referência, podem favorecer o engajamento e ampliar a participação feminina. Por fim, reconhecendo a relevância do ambiente escolar como espaço privilegiado de formação cidadã e desenvolvimento integral, é fundamental que as instituições de ensino assumam o compromisso com a superação das desigualdades de gênero no esporte.

Destacamos como limitações das análises para a interpretação dos dados, uma regra presente no regulamento dos JIFs, onde há a possibilidade de inscrever um mesmo estudante em até duas modalidades coletivas e duas modalidades individuais. Isso significa que, considerando o número de atletas por modalidade, esse número possivelmente representa um total maior que o número de atletas presentes na competição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALANIS, Melody; CUNNINGHAM, George B.; DESIMONE, Ashley. Underrepresented on the field and in the literature: a scoping review of latinas in sport. **Women in sport and physical activity journal**, v. 30, n. 1, p. 53-65, 2022.

ALMEIDA, Uilian Maciel; FONSECA, Gerard Maurício Martins. Jogos escolares de Vacaria: retrato da participação dos estudantes. **Caderno de educação física e esporte**, v. 11, n. 1, p. 89-99, 2013.

BRASIL. **Decreto lei nº 3.199/1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI); Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). **Atuação do Ministério da Cidadania no Esporte Educacional: desafios e perspectivas**. Série De Olho na Cidadania, v. 7. 2021. Brasília, DF: Ministério da Cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_0213.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025





COB – COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. **Protagonismo feminino marca participação brasileira nos Jogos Olímpicos Paris 2024 e evidencia trabalho especial do COB**. 12 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/comunicacao/noticias/protagonismo-feminino-marca-participacao-brasileira-nos-jogos-olimpicos-paris-2024-e-evidencia-trabalho-especial-do-cob-8>>. Acesso em: 12 ago. 2025

COSTA, Isabelle Plociniak *et al.* Jogos escolares do Paraná: análise da competição no município de Curitiba. **Educación física y ciencia**, v. 19, n. 1, p. 1-9, 2017.

CUNNINGHAM, George B.; WICKER, Pamela; WALKER, Nefertiti A. Editorial: gender and racial bias in sport organizations. **Frontiers in sociology**, v. 6, p. 1-3, 2021.

DANIELSEN, Line Dverseth *et al.* Considerations perceived by coaches as specific to coaching elite women's soccer teams. **Scandinavian journal of sport and exercise psychology**, v. 5, p. 1-9, 2023.

FERREIRA, Heidi Jancer *et al.* A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. **Movimento**, v. 19, n. 3, p. 103-124, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Larissa. A construção de narrativas de representatividade dos corpos femininos e do empoderamento das mulheres em campanhas esportivas. **Revista Miguel**, n. 7, p. 64-81, 2022.

GUARNIER, Laura. **Como a representatividade feminina na política afeta a produção de medalhas olímpicas por mulheres?** Monografia (Graduação em Economia). Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2021.

JAIME, Matheus *et al.* A representatividade de treinadoras do sexo feminino em uma competição oficial. **Research, society and development**, v. 10, n. 11, p. 1-9, 2021.

JONCHERAY, Helene; TLILI, Haïfa. Are there still social barriers to women's rugby? **Sport in society**, v. 16, n. 6, p. 772-788, 2013.

KANE, Maria Jo; LAVOI, Nicole M.; FINK, Janet S. Exploring elite female athletes' interpretations of sport media images: a window into the construction of social identity and "selling sex" in women's sports. **Communication & sport**, v. 1, n. 3, p. 269-298, 2013.

KRAHENBÜHL, Tathiane; ALENCAR, Adriana Luz. Mulheres nos cargos de liderança no esporte: uma revisão da literatura. **Pensar a prática**, v. 26, p. 1-29, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINEZ-PASCUAL, Beatriz *et al.* Maternity in spanish elite sportswomen: a qualitative study. **Women & health**, v. 54, n. 3, p. 262-279, 2014.





MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Nivelando o campo de Jogo do direito ao esporte e lazer no Brasil? Questões de gênero na Lei Geral do Esporte. **Licere**, v. 27, n. 1, p. 195-219, 2024.

MOURA, Giovanna Xavier de. **De in-goal a in-goal**: a trajetória de mulheres no rugby no Brasil. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2018.

MOURA, Giovanna Xavier de. **Por que não se importam com elas?** O esporte de mulheres na agenda governamental do Brasil. 2022. 240f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2022.

OLIVEIRA, Monique Cristiane de *et al.* A representatividade feminina na estrutura organizacional dos clubes de futebol brasileiros. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 19. **Anais...** São Paulo: USP, 2019.

PACHECO, Leonardo Turchi; SILVA, Silvio Ricardo da. Mulheres e jornalismo esportivo: possibilidades e limitações em um campo masculino. **Revista estudos feministas**, v. 28, n. 3, P. 1-14, 2020.

PEREIRA, Adriana Bernardes. A mulher e o esporte: do desafio da desigualdade ao desacerto com as questões de gênero. In: RUBIO, Katia; CAMILO, Juliana A. de Oliveira (Orgs.). **Psicologia social do esporte**. São Paulo: Képos, 2019.

PESSANHA, Larissa Gomes Costa. A construção de narrativas de representatividade dos corpos femininos e do empoderamento das mulheres em campanhas esportivas. **Revista Miguel**, n. 7, p. 64-81, 2022.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis; AZEVEDO, Andréa dos Santos. Skate das meninas: o desafio da gestão no esporte de aventura em promover a igualdade de gênero. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA, 2024. **Anais....** São Paulo, SP: CBEEA, 2024.

Disponível

em:

<<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1KQxYZkOTPXbiGCnx25Teg38CrOuW9sC1>>.

Acesso em: 12 ago. 2025.

RUBIO, Katia; CAMILO, Juliana A. de Oliveira (Orgs.). **Psicologia social do esporte**. São Paulo: Képos, 2019.

SILVA, Eduardo Vinícius Mota; VENÂNCIO, Luciana. Aspectos legais da Educação Física e integração à proposta pedagógica da escola. In: DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SILVA, Wânia Costa da. **Educação física e gênero**: uma análise dos jogos escolares de Mato Grosso do Sul (2015–2019). 2023. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2023.





SOARES, Marcelo Marques *et al.* Estudo epidemiológico sobre os objetivos dos adolescentes com a prática de atividade físico-desportiva. **Revista brasileira de medicina do esporte**, v. 17, n. 2, p. 117-120, 2011.

TELES NETA, Maria Carvalho. **Representação da mulher no esporte**: o atletismo em questão. 2023. 22f. Monografia (Graduação em Educação Física). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2023.

VIANA-MEIRELES, Livia Gomes; MEYER, Antônia Vaneska Timbó de Lima; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. Relações de trabalho e maternidade no contexto esportivo: um estudo de caso. **Psicologia revista**, v. 32, n. 1, p. 123-149, 2023.

VOGEL, Kurt *et al.* Female athletes and the menstrual cycle in team sports: Current state of play and considerations for future research. **Sports**, v. 12, n. 4, p. 1-18, 2024.

WESTIN, Ricardo. **Futebol feminino já foi proibido no Brasil e CPI pediu legalização**. Agência Senado. Senado Federal, 4 de agosto de 2023. Edição 103 – Esporte. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/futebol-feminino-ja-foi-proibido-no-brasil-e-cpi-pediu-legalizacao>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Dados da primeira autora:

Email: vanessa.andrade.uem@gmail.com

Endereço: Avenida José Felipe Tequinha, 1400, Jardim das Nações, Paranavaí, PR, CEP: 87703-536, Brasil.

Recebido em: 12/08/2025

Aprovado em: 09/12/2025

Como citar este artigo:

ANDRADE, Vanessa Mota *et al.* Análise da participação de homens e mulheres na etapa nacional dos jogos das instituições federais. **Corpoconsciência**, v. 29, e20207, p. 1-17, 2025.

